

# Museu - Memória - História

Margarida de Souza Neves

Considerar um museu, e em particular um museu *nacional e histórico* como um lugar de memória não chega a ser propriamente original: o exercício de busca de uma certa topografia da memória deve-se, sobretudo, a Pierre Nora, que dirigiu um seminário sobre o tema na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris entre 1978 e 1981. As atividades acadêmicas realizadas em torno a este seminário deram origem à elaboração dos volumes da coleção publicada pela Editora Gallimard com o título *Les Lieux de La Mémoire*. Na trilha aberta pelo trabalho inovador da equipe coordenada pelo historiador francês, multiplicaram-se, nas mais variadas latitudes acadêmicas, as iniciativas no sentido de aprofundar e problematizar questões relativas aos lugares da memória, especialmente aqueles referidos à memória coletiva, quase sempre associada à uma suposta memória nacional.

“Falamos tanto de memória porque já não existe a memória”, afirma Nora no artigo que abre o volume sobre *A República*, para precisar logo em seguida:

“A curiosidade em relação aos lugares onde se cristaliza e se refugia a memória está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação, em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória despedaçada, mas momento no qual este desgarramento desperta ainda a memória para que possa formular o problema de sua encarnação. O sentimento da continuidade torna-se residual em relação a alguns lugares. Existem lugares da memória porque já não existem meios de memória.”<sup>1</sup>

Entre esses lugares da memória, onde “pela vontade dos homens ou o trabalho dos séculos” a memória coletiva parece tomar corpo e cujo inventário e análise apresentam-se como uma urgência, Pierre Nora cita como símbolos eloqüentes as festas, os emblemas, os monumentos e as comemorações, mas também os discursos encomiásticos, os dicionários e os museus.<sup>2</sup>

O MHN, reúne e encerra essas múltiplas dimensões, não apenas por ser um museu histórico e nacional, mas também porque sua história o destaca como lugar privilegiado de construção de memória.

O objetivo deste texto, forçosamente inicial e sem nenhuma pretensão acadêmica, uma vez que não o sustenta uma pesquisa consistente, é duplo: por um lado procura sublinhar a relevância de um aspecto da história do MHN - sua origem - como elemento significativo para uma análise de sua função social. Por outro lado, pretende tecer algumas considerações sobre este Museu como instituição-documento das múltiplas

significações possíveis dos conceitos de museu, de memória e de história e das relações entre esses três conceitos.

## 1. ARQUEOLOGIA DE UMA FUNDAÇÃO:

Criado em 1922, no âmbito dos eventos celebrativos do então chamado “centenário do Brasil” e que se consubstanciaram na fantástica comemoração da “Exposição do centenário”, o MHN não apenas constituiu-se num dos “suportes materiais da memória” coletiva em construção, mas também num “apoio”<sup>3</sup>, pleno de significativos, para repensar essa mesma memória. “No centenário da Independência, o Rio de Janeiro modernizado apresentava-se às nações modernas como “vitrine do progresso”<sup>4</sup> mundial, e, simultaneamente, “inventava uma tradição”<sup>5</sup> que ganhava contornos de história e de nação então significativamente chamada Casa do Brasil<sup>6</sup>.

A criação do Museu no marco das festas do centenário permite considerações relevantes para que o repensemos em nossa historicidade, e isso porque a instituição parece ter nascido com uma clara intencionalidade pedagógica e, por que não reconhecê-lo, política.

A exposição do centenário, apresentava-se como a apoteose celebrativa de processo que marca a passagem do século XIX ao século XX na capital da república. Nas festas do centenário da independência a cidade não se apresentava apenas como capital política e administrativa, como a capital financeira e o principal porto comercial do país, mas como a capital de um projeto de futuro que o estado e as forças sociais por ele representadas impunham sobre uma sociedade que estes mesmos agentes viam como ainda adormecida na morrinha colonial. O Rio de Janeiro festejava no “centenário do Brasil” sua elevação a capital do progresso do país.

No discurso oficial, admiravelmente sintetizado na alocução proferida por Epitácio Pessoa na abertura da exposição<sup>7</sup>, este projeto de futuro se articulava em torno às múltiplas associações entre “progresso”, “civilização”, “ordem”, “trabalho”, “saneamento”, “racionalidade”, e “cidadania”, conceitos esses que teriam o entendimento de que a Ordem na república, era o Progresso pela superação, no plano da institucionalidade, dos conceitos opostos de “atraso colonial”, “barbárie”, “desordem”, “ociosidade”, “doença”, “irracionalidade” e “anarquia”.

Outro discurso, o da grande mostra internacional, daria visualidade a este mesmo conteúdo. Dentro dele, um terceiro discurso, também visu-

al, se encarregaria de refazer a lógica que permite restaurar os nexos entre passado e futuro, redimensionando assim o presente: o MHN.

O Rio de Janeiro que "civilizava-se" - para usar uma conhecida expressão da época - e passava por profundas transformações para que pudesse apresentar-se ao mundo como cartão postal e capital de progresso, de certa forma teatralizava o movimento de construção de uma nova ordem que, no entanto, sob uma roupagem inovadora mantinha e aprofundava - modernizando-a - a lógica excludente e hierarquizadora do conjunto dos agentes sociais. Nele, a nova Casa do Brasil parece desempenhar a função de reconciliar uma sociedade que deve aprender a ser moderna com um passado que em suas coleções apresentava, não como "atraso" mas como memória de tradições. Tradições e progresso, vistos como referência comuns a todos os agentes sociais, conformavam assim a nação.

As forças que imprimem direção ao estado reconstroem - física e ideologicamente - o Rio de Janeiro como síntese de um progresso sinônimo de civilização e que, no dizer de um dos cronistas da cidade, não era senão a projeção do desejo de "ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris"<sup>8</sup>. No mesmo processo em que a vitória do novo, consubstanciada na reforma urbana que traduz as formas modernas impostas a uma sociedade tradicional, inaugura-se um Museu Histórico Nacional, vale dizer um espaço cuja função é a de um momento que permita a concreta identificação das relíquias de uma suposta nação, função esta que não deixa de ser a de dar visualidade a uma re-escritura da história que deve ser aprendida como a história de todos.

A Casa do Brasil se apresenta assim, em sua origem, como uma exposição dentro da Exposição. Se essa impõe aos que a percorrem um discurso persuasivo a primeira apresentará o cenário e o roteiro de uma tradição comum, de uma história nacional, assumindo assim o pleno sentido de lugar de memória porque lugar no tríplice sentido da palavra: "material, simbólico e funcional"<sup>9</sup>.

Obviamente não é minha pretensão concluir do que fica dito qualquer tipo de intencionalidade maligna a guiar maquiavelicamente os que fundaram a instituição cuja análise nos ocupa. Não fosse senão por dever de ofício, seria um elementar anacronismo imaginar que agentes sociais situados num dado momento escapem as determinações de seu tempo. Ninguém, quer me parecer, atribuiria aos construtores da república velha, intenções democráticas no sentido que hoje conferimos ao termo.

O que pretendo é assinalar o caráter moderno das preocupações dos fundadores da Casa do Brasil, e isso porque a própria noção da História

como um elemento articulador na construção de uma identidade coletiva, vale dizer, de uma memória nacional, é um dado da modernidade. Hobsbawm, ao trabalhar com a invenção das tradições,<sup>10</sup> localiza na segunda metade do século dezanove e nas primeiras décadas do século XX uma multiplicidade de iniciativas por parte dos estados europeus modernos no sentido de construir o consenso pela via da memória coletiva.

Pretendo igualmente retomar uma idéia cara aos que comigo entendem que educar em história é sempre educar para a cidadania.<sup>11</sup>

Se admitimos que o modelo de cidadania que postulamos enquanto agentes políticos se expressa também através de nossa prática enquanto professores, no caso dos professores de história, pelo conteúdo selecionado tanto quanto pela metodologia desenvolvida, então é possível admitir que essa particular “aula” que é uma visita ao MHN pode assumir uma dimensão política. Não tenciono aqui entrar no debate sobre quais seriam as agências competentes para a formação de cidadãos, mas sim problematizar os conceitos de *história* e de memória coletiva, necessariamente presentes numa instituição como o Museu, da mesma forma que na atividade pedagógica dos historiadores. Sublinhar o nexo dos dois conceitos com a concepção de cidadania e portanto de sociedade política, pode ser um dos elementos que nos permitem destacar uma perspectiva de atualidade para esse trabalho.

Uma vez estabelecidas, pela via do resgate do sentido da origem do MHN, as premissas de nossa análise, resta-nos, refletir sobre a educação em história possibilitada pelo Museu.

## 2. MUSEU: MEMÓRIA(S) E HISTÓRIA(S)

Já ficou observado anteriormente que nenhuma pesquisa mais substantiva sustenta esse trabalho. Cabe agora assinalar que não conto com uma formulação de objetivos comuns aos chamados Museus Nacionais que possibilite uma avaliação do Museu. Da mesma forma, não recebi qualquer instrumento aplicado a um universo significativo de visitantes do MHN que permita esboçar observações conclusivas. O que aqui vai dito expressa apenas um feixe de impressões de visitante/ usuário do Museu, que tem sobre os demais o privilégio de ter conhecido as entranhas dessa instituição em razão do Seminário.

O corpus que me serve de base para esse texto, reconhecidamente impressionista, é a memória que faço de minhas muitas visitas ao MHN. É portanto pela mão da minha própria memória pessoal, “fiel e móvel

como toda memória”, como ensina Jacques Le Goff<sup>12</sup>, que pretendo alinhavar algumas considerações.

Essas observações preliminares implicam no reconhecimento de que não sou objetiva e neutra em relação ao MHN, uma vez que, por múltiplas razões, essa Instituição faz parte de minha história pessoal. Talvez por isso mesmo tenha alguma qualificação para falar sobre ela.

Minha primeira lembrança do Museu é a de uma menina que nas tardes de domingo era levada por um tio querido a passear pela cidade de automóvel, com toda a criançada da família.

Num desses passeios, familiarmente chamados - não sei porque insondáveis razões - de “volta do índio”, perguntei um dia de quem era aquele casarão enorme e que ainda parecia ser maior aos meus olhos infantis. A resposta foi surpreendente: era “a casa do trem”. E diante do enorme assombro daquela menina que era eu e que, ainda não treinada em ocultar suas ignorâncias por trás de silêncios estratégicos, afirmava encantada que “não sabia que os trens tinham casas”, veio nova resposta e nova surpresa: aquela casa era de um tempo em que não existiam trens como os nossos, de um tempo em que a palavra “trem” queria dizer o conjunto de armas guardado para defender a cidade.

Imprecisões à parte, meu primeiro encontro com o MHN me proporcionou um ensinamento histórico que hoje avalio como precioso: o de que o “tempo de antigamente” não era apenas um “tempo que vinha antes”, mas era um tempo diferente. A noção de diferença associada a noção de tempo histórico ficava assim, ainda que não tematizada, claramente apontada para o raciocínio concreto daquela menina que descobriu numa tarde de domingo que em outros tempos “as palavras queriam dizer outras coisas” e não existiam trens como os que conhecia!

Mais tarde, já como aluna de um colégio de meninas do Rio, *visitei* o interior do Museu pela primeira vez. O grifo no verbo pretende sublinhar o caráter de peregrinação cívica inerente a tais práticas escolares. Minha memória pessoal dessa visita, provavelmente feita no final da década de 50., é apenas a de uma sucessão infinita de salas com paredes recobertas por pratos de porcelana e a visão imponente de gigantescos quadros com cenas de guerra.

Ao passar agora da memória à história não é difícil perceber que meu novo contacto com o Museu me ensinou um determinado conceito de museu e uma dada compreensão de história.

O que dali se depreendia era, por um lado, o entendimento do museu como coleção, tal como foi concebido no século XVI, e que atribui a essas instituições a função de guardar, preservar e expor seus acervos. É

com base nesse conceito que David Lowenthal observa que “os museus necessariamente suprimem a vida do passado” uma vez que “as relíquias” neles conservadas “extraídas de seu contexto funcional, podem embolorar-se isoladas, numa exposição”<sup>13</sup>. Ao levar a crítica à concepção do museu *museion* ao limite da perversidade Bernard Marrey afirma que “a beleza e a cultura (permanecem) mumificadas num museu”<sup>14</sup>. Por outro lado, subjazia àquela experiência um entendimento da história como um panteon de grandes homens que, individualmente, faziam a pátria na razão direta de sua gesta heróica. Aos futuros cidadãos que visitavam o MHN em seus uniformes escolares restava soldar sua memória individual àquela história, entendendo-a como memória nacional. Felizmente a lembrança conservou apenas os pratos de porcelana nas paredes...

Em 1967 voltei ao MHN para trabalhar em seus arquivos - então mais ou menos ordenados em mapotecas no terceiro andar - com o objetivo de produzir um primeiro trabalho de pesquisa: a monografia de bacharelado. Sem saber, trocava minha identidade museológica de “visitante” pela de “usuário”.

Lembro-me dos funcionários que me atenderam, e de sua disponibilidade para secundar as buscas da pesquisadora estreante, que para ser sincera, teria que reconhecer que não sabia bem o que buscava. Lembro-me de um restaurante que havia no pátio interno. Lembro-me sobretudo da sensação de encantamento que experimentei ao garimpar, na gaveta de uma das mapotecas, o relatório manuscrito do chefe de polícia da capital em 1889, narrando os episódios do 15 de novembro: para os parâmetros do meu entendimento de história naquele momento, o documento manuscrito representava algo assim como ícone da cientificidade de meu primeiro trabalho de historiador que a universidade me ensinara a esboçar nos moldes eminentemente factuais de que então dispunha. Era o museu enquanto instituição de pesquisa o que me era apresentado.

Na sucessão de salas do Museu que eu de quando em vez percorria, para descansar do que então me parecia um árduo trabalho de investigação científica, eu reforçava as lições de história aprendidas dentro das salas da universidade: a de outra sucessão tão uniforme e linear como a da exposição, também pautada pela evolução do tempo cronológico, onde se ordenavam os acontecimentos, no Museu metaforizados por objetos emblemáticos. Nas ruas do centro da cidade naquele ano de 67, e nos pilotis da PUC onde estudei, aprendi outras dimensões da história vivida como memória coletiva.

A partir de 1985 voltei diversas vezes ao MHN. Nas visitas às exposições temporárias, na participação como conferencista em alguns

dos cursos promovidos pela instituição, na inauguração do módulo “Colonização e Dependência”, e nos encontros com os colegas que ali trabalham, alguns deles meus ex-alunos, sempre a impressão de uma instituição que passou a caracterizar-se pela reflexão e pela ação sobre si mesma e sobre a sociedade e a cultura.

Minha última visita ao MHN antes da redação deste texto foi feita na qualidade de “especialista convidada” pela direção da Fundação Nacional Pró-Memória para participar do Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas, como membro do grupo de estudos encarregado da análise da instituição.

Esta visita teve lugar no dia 07 de junho, mais precisamente entre as 9 e as 19:30 horas, e possibilitou, além do privilégio de conhecer de um ângulo muito particular a vida e a dinâmica interna do Museu e de interagir com a equipe responsável pelos seus vários setores, tematizar algumas “impressões” que ficaram de minhas visitas da década de 80.

Uma primeira ordem de observações diz respeito ao fato de que esta visita tornou possível a percepção de um novo conceito de museu, que, se não interpreto mal o que constitui o cerne das discussões com a equipe, se apoia no entendimento da história, da memória e da nação como construções e se expressa na maneira pela qual a instituição entende e realiza a integração de sua dupla dimensão de, por um lado, conservar e expor um acervo, e, por outro, produzir uma leitura e uma reflexão a partir deste mesmo acervo, tendo como referência a memória coletiva.

Neste sentido, os nexos entre os vários setores do Museu parecem indicadores de que o reconhecimento da necessária autonomia dos setores especializados (cujo público alvo é prioritariamente o usuário que procura o arquivo, a biblioteca, a reserva técnica ou a magnífica coleção de numismática) não implica na ausência de uma política comum ao Museu como um todo, entendido como uma instituição aberta ao debate intelectual, assim como às demandas das diversas agências da sociedade, no âmbito de sua competência específica.

Para a efetiva implementação do novo tipo de museu proposto, a reformulação do circuito, já parcialmente realizada, no módulo “Colonização e Dependência”, enfrenta os elementos dados pelo acervo existente e pelo espaço físico disponível como condicionantes de uma seleção eminentemente temática. Os projetos que foram apresentados para os quatro módulos ainda não concluídos, pelo cuidado museográfico e museológico que revelam, como pela constante referência às categorias de temporalidade (cronológica e social), de regionalidade (espacial e cultural) e de grupos sociais, fazem supor que os novos circuitos, sem abrir mão de uma certa



leitura da história e da memória coletiva ao assumir e explicitar a seleção feita, não deixarão de permitir outras tantas leituras diferenciadas.

Uma segunda observação tem por objetivo sublinhar alguns aspectos já anteriormente anunciados, sobretudo aquele que apontávamos ao indicar como um dos objetivos desse trabalho a possibilidade de considerar o MHN como uma instituição-documento. Se o exercício de uma “memória individual” sobre o Museu - no caso, a minha - permite vê-lo como expressão da polissemia dos conceitos de museu, de memória coletiva e finalmente de história, não é apenas neste sentido que o Museu é documento para os que dêle se aproximam, tampouco seu caráter de documento se restringe ao fato de sua origem testemunhar a função pedagógica, que mesmo com objetivos e conteúdos diferenciados, um museu sempre oferece.

O caráter de museu-documento, no caso do MHN se expressa na atual política da instituição, na medida em que nela se articulam as três dimensões do tempo histórico apontadas pelo historiador português Luis Filipe Barreto <sup>15</sup>: o museu conserva e expõe o *tempo passado* em sua reserva e em suas exposições; dialoga com o *tempo presente* pois a ele se dirige e procura se adequar e constitui, ele próprio, a terceira dimensão do tempo histórico que é a do *tempo passado-presente* pela explicitação de uma dada interpretação de memória coletiva. Também neste sentido é, portanto, documento.

Uma terceira e última observação: durante a visita realizada dia 07 de junho, minha avaliação subjetiva é de que a grande preocupação imediata da equipe de especialistas encarregada da gestão do MHN se refere aos meios técnicos e financeiros que tornem factíveis os projetos em curso. Um cotidiano dedicado a administrar a escassez parece exercer uma pressão perversa sobre os que dedicam o melhor de seus esforços à viabilização dos novos programas e projetos do Museu. Interpela a evasão de funcionários valiosos e cuja formação se fez na e pela instituição. Também no MHN as questões orçamentárias e financeiras parecem ameaçar as atividades fim de qualquer instituição cultural, em lugar de possibilitá-las.

A captação de recursos oriundos do setor privado vem sendo buscada, tanto no que diz respeito à ampliação e restauração do acervo quanto no que se refere ao financiamento de eventos, de publicações e de atividades sistemáticas. Um cuidadoso dossier foi preparado com o objetivo de sensibilizar empresas e público em geral e angariar para o Museu os benefícios da chamada Lei Sarney. Da mesma forma desenvolvem-se esfor-

ços no sentido de implementar uma política cultural de intercâmbio com outros países.

O que parece fora de dúvida é que a busca de recursos privados, ainda que imprescindível, será sempre subsidiária num país em que a política fiscal e as práticas culturais não parece apontar, ao menos de imediato, para a viabilidade de um modelo nos moldes do que preside, por exemplo, as instituições congêneres nos Estados Unidos. O caráter essencialmente ocasional de recursos originários de outros países não carece de justificativa.

Um seminário do porte do que agora se organiza é indubitavelmente um eloquente sinal de uma *vontade política* que faz dos museus nacionais uma prioridade no âmbito da política cultural. Certamente a questão das condições materiais e financeiras, e sua tradução numa política orçamentária que vá além do curto prazo e viabilize os projetos mais avançados dos vários museus será um dos seus resultados.

Parecer apresentado no Seminário Perfil e Perspectiva no Rio de Janeiro, 1988.

#### Notas:

1. NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. Em: Les Lieux de la Mémoire. I. La République. Paris: Gallimard, p.17.1984.
2. NORA, Pierre. Présentation. Em: IDEM. p. 7.
3. CHAUI, Marilena. Os trabalhos da memória. Em: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz, p.19.1979.
4. NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do Progresso.** Rio de Janeiro: PUC/RJ - Departamento de História / FINEP, (mimeo).1986.
5. HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
6. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório.** Rio de Janeiro: MINC/SPHAN/ *pró*MEMÓRIA, 1988. (mimeo).
7. PESSOA, Epitácio. Discurso do Presidente da República em 08/09/1922". APUD: *Nosso Século - 1910 -1930.* São Paulo: Abril Cultural, p.210.1981.
8. RIO, João do. O velho mercado. Em, **Cinematographo.** Porto, Chardon,p.114. 1909.
9. NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. *Op. cit.* p. 25.
10. HOBSBAWM, Eric: *Op. cit.*
11. MATTOS, Ilmar R. de et al. Educar em História. Em: *Boletim da História* nº 2. Rio de Janeiro: PUC/RJ - Departamento de História, 1982.

12. LE GOFF, Jacques. Memória. Em: **Memória - História**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. Enciclopédia Einaudi - vol.1. p. 46.
13. LOWENTHAL, Davidi. **The past is a foreign country**. London, New York: Cambridge University Press, p. 256. 1986.
14. MARREY, Bernard. **Les grands magasins des origines à 1939**. Paris: Picard, p. 246. 1979.
15. BARRETO, Luis Filipe. **Caminhos do saber no renascimento português**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.